

Povos Indígenas no Brasil

Fonte FOLHA DE S. PAULO Class.: 844
Data 25/04/85 Pg.:

Índios devem indicar novo presidente da Funai

MÁRIO VIANA*
Da nossa equipe de reportagem

A julgar pelas declarações do ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto, 43, no encontro que manteve com os caciques dos caiapós, yanomamis e paracanãs, a "democracia indígena" está criada. Na reunião, realizada sexta-feira, em Brasília, o ministro afirmou que as tribos é que indicarão os nomes para cargos de diretorias e mesmo para a presidência da Funai. Costa Couto prometeu também empenhar-se na obtenção de mais verbas para a Fundação Nacional do Índio, além de garantir o máximo respeito às terras indígenas. "Esta é a vontade da nova República", disse. Suas palavras, no entanto, parecem não atender às reivindicações de antropólogos, sertanistas e representantes de comunidades indígenas.

Ainda em fevereiro passado, foi encaminhado ao presidente eleito Tancredo Neves um documento elaborado pela Comissão Pró-Índio, de São Paulo, no qual se sugere que a Funai seja desmembrada do Ministério do Interior e transformada numa secretaria especial, diretamente ligada à Presidência da República. Para dirigi-la, os próprios índios elegeriam um colegiado. Tancredo Neves prometeu estudar a questão indígena com atenção, mas o futuro reservou surpresas para ambos os lados. O presidente eleito caiu gravemente enfermo antes mesmo da posse, o País permaneceu com suas atividades políticas praticamente paralisadas no último mês e, para culminar, o presidente da Funai, Nelson Marabuto, nomeado ainda no governo Figueiredo, apresentou um pedido de demissão às vésperas do Dia do Índio, descontente com algumas ordens vindas do Ministério.

Invasão

A crise surgida na Funai serviu apenas para tornar contraditórias as palavras do ministro. Embora prometa respeito às terras dos índios, Ronaldo Costa Couto insiste na permanência dos garimpeiros de Maria Bonita dentro da reserva Gorotire, no Sul do Pará, onde vivem os caiapós. O ministro não aproveitou também a saída de Marabuto para colocar em prática a idéia da "democracia indígena", nomeando para presidir interinamente a Funai, um não-sertanista, Ailton Carneiro. A indicação do nome de Ailton Carneiro, assessor do ministro e ex-presidente do Incri (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), criou um clima de revolta entre os índios. Na sexta-feira, cerca de sessenta índios armados invadiram o estacionamento da Funai, em Brasília, dispostos a

impedir a posse do novo presidente do órgão.

A calma voltou à tarde, depois que o ministro Costa Couto reuniu-se com o presidente José Sarney, vice em exercício, decidindo nomear o atual superintendente da Funai, Gerson da Silva Alves, para presidi-la. Acusado pelos índios de representar os interesses do Incri, segundo eles "um órgão invasor de nossas terras", Ailton Carneiro teria recusado o cargo oferecido pelo ministro. Ronaldo Costa Couto voltou a afirmar, à saída da reunião com Sarney, que seu interesse era dar à Funai um presidente, cujo nome sairia do consenso entre alguém apontado pelos próprios índios, e outro, indicado por Gerson Alves.

"O fundamental é que o governo assuma e indique alguém capaz de buscar soluções para as questões de conflitos de terra", afirma Ailton Krenak, 31, membro da União das Nações Indígenas. Já a coordenadora do programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC, a antropóloga Carmen Junqueira, acha que é imprescindível o fortalecimento de um órgão que represente os interesses da comunidade indígena e que, ao mesmo tempo, não se limite à atuação de um Ministério. O sertanista Orlando Villas Boas, 70 anos, 38 dos quais dedicados ao trabalho no interior das selvas, concorda com a antropóloga e acrescenta: "tudo o que pode acontecer quando se aplica um desenvolvimentismo sem

freios", afirma a antropóloga Carmen Junqueira.

Seis contratos assinados entre o Brasil e o Banco Mundial, em 81, especificavam o compromisso de se demarcarem reservas indígenas e ecológicas ainda no governo Figueiredo. "A verdade é que não se fez nada disso", garante Edgar Menezes Cardoso, 39, gerente da Madeireira Urupá, firma localizada na cidade de Ji-Paraná e considerada uma das maiores proprietárias de terras do Estado. Assim, constatando que os compromissos não foram cumpridos, o Banco Mundial suspendeu o desembolso —há cerca de dez dias, de US\$ 10 milhões. A indecisão do governo acaba adiando a solução para muitos casos de conflitos de terras. De todos os

conhecidos, o que apresenta com maior clareza o problema é o Pólo de Desenvolvimento do Noroeste, o Polonoroeste, que abrange o Estado de Rondônia e parte do Estado de Mato Grosso. "Ali está o exemplo contemporâneo de toda a política indigenista adotada neste país há quinhentos anos. Em apenas quatro anos, a região transformou-se no resumo de 200 milhões. "Esse dinheiro vai fazer falta, o desenvolvimento da região dependia disso", continua Edgar.

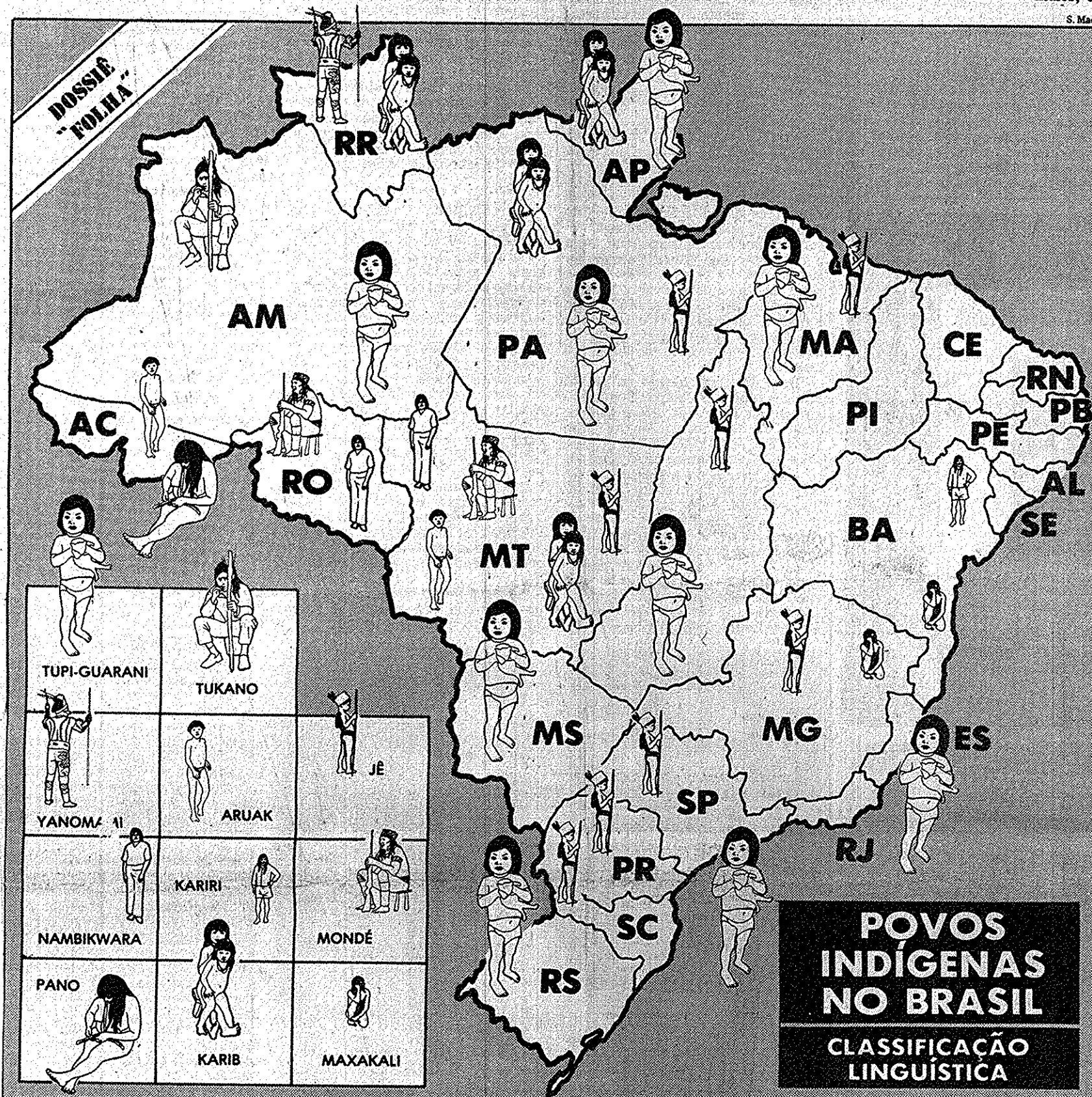
BR-364

O eixo dos problemas do Polonoroeste é a BR-364, que liga Porto Velho a Cuiabá. Ao longo da estrada, que corta o Parque do Aripuanã, vivem cerca de onze mil índios, em

áreas ainda não homologadas. O governo Figueiredo, por força dos contratos assinados com o Banco Mundial, chegou a demarcar aproximadamente vinte áreas e prometeu estabelecer outro tanto. Sem reconhecimento oficial, essas áreas viram-se pouco a pouco invadidas por madeiras, mineradoras, lavradores e, consequentemente, uma leva de imigrantes em busca do "Eldorado". "Só em 84, Rondônia chegou ao absurdo de receber duzentos mil novos moradores, vindos principalmente de Itaipu, após o fim das obras da usina", conta a antropóloga Betty Mindlin. "Acontece que o Incri só consegue oferecer lotes a cinco mil famílias. Quem sobra, não invade as áreas das grandes empresas. Cai direto na terra dos índios. Ali, começam os conflitos."

Ailton Krenak acha que esses conflitos são do agrado das empresas. "Estão jogando os pobres contra os índios. Os dois acabam se matando e a área fica livre para qualquer exploração." Ailton explica que mesmo os colonos que recebem um título de propriedade acabam se "enrolando" em dez anos de dívidas e se desesperando. "Eles vivem ali um ou dois anos, perdem filhos com malária ou outra doença desconhecida. Sem saída, acabam passando o título de propriedade para a primeira madeireira que aparece". Nem todos são da mesma opinião. Edmundo Becker, 27, um dos diretores da Agropecuária Colonizadora Aliança, em Ariquemes, cidade localizada ao longo da BR-364, acha que o problema com os índios não se generalizou. "Só lá pelo meio de Rondônia é que os colonos foram ameaçados", diz.

De toda maneira, há registros de problemas sérios. Em novembro passado, a tribo dos Gavião Iconen prendeu dezesseis colonos durante dezoito dias. "Nenhum deles era colono pobre. Era tudo empregado de madeireira e mineradora", contou o cacique Sebirop Paderei, 31, que esteve em São Paulo na semana passada. Agora, restam por ali cerca de setecentas famílias, das quais apenas setenta estariam realmente sem condições de mudar-se. Para Ailton Krenak é inadiável "o reassentamento dessas famílias fora da área dos índios". Pelo menos, para atender a cuidados de saúde. Segundo a antropóloga Carmen Junqueira, a mortalidade indígena na região aumentou com a chegada dos colonos. "Casos de malária e doenças infecciosas de todo tipo são registrados entre os índios, cada vez mais. Isso apesar da Funai ter fortalecido os postos médicos. Justiça seja feita: se esses postos não existissem, os índios já estariam dizimados."



Na época do descobrimento, a população indígena no Brasil era de aproximadamente cinco milhões; hoje existem 250 mil, agrupados em 221 tribos